



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA – BACHARELADO

CARTOGRAFIAS FEMINISTAS

AMANDA GONÇALVES CARNEIRO

Foz do Iguaçu
2025

CARTOGRAFIAS FEMINISTAS

AMANDA GONÇALVES CARNEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Andrea Maio Ortigara

Foz do Iguaçu
2025

AMANDA GONÇALVES CARNEIRO

CARTOGRAFIAS FEMINISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Maio Ortigara

Prof.^a Dr.^a Léia Aparecida Veiga
UNILA

Prof.^a M.^a Tuize Silva Rovere Hoff

Foz do Iguaçu, 14 de março de 2025.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo da autora: Amanda Gonçalves Carneiro

Curso: Geografia - Bacharelado

Tipo de documento:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado | <input type="checkbox"/> monografia |
| <input type="checkbox"/> doutorado | <input type="checkbox"/> dissertação |
| | <input type="checkbox"/> tese |
| | <input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais |
| | <input type="checkbox"/> _____ |

Título do trabalho acadêmico: Cartografias feministas

Nome da orientadora: Andrea Maio Ortigara

Data da Defesa: 14/03/2025

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 14 de março de 2025.

Amanda G. Carneiro

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho às minhas irmãs:

Ana e Alicia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, às mulheres do meu cotidiano:

À minha mãe, que sempre apoiou minhas escolhas, respeitou minhas ideias e ideais, e incentivou a buscar minha autonomia.

Às minhas avós, tias e primas, que me mostraram que ser mulher é ser o que você quiser, cada uma à sua maneira.

Às minhas irmãs mais novas, que me tem como exemplo, mesmo que às vezes seja do que não se deve fazer.

Às minhas amigas e companheiras de curso que fizeram parte da minha rede de apoio, com as quais pude contar no decorrer dos últimos oito anos.

Às minhas professoras, tanto da Geografia como de outras áreas, que me ensinaram muito sobre a vida acadêmica e para além dela – especialmente à Eliane Kivasney, professora de Cartografia Temática Digital e coordenadora da monitoria que realizei, em 2022, para a mesma disciplina.

À Andrea Maio Ortigara, minha orientadora, que acreditou no meu potencial e contribuiu para a realização deste trabalho.

E, por fim, às tantas pessoas que se engajam na defesa da UNILA enquanto universidade pública, gratuita e de qualidade.

*Eu não sou livre enquanto outras mulheres são
prisioneiras, mesmo quando as amarras delas são
diferentes das minhas*

Audre Lorde

RESUMO

O presente trabalho, fundamentado na perspectiva interseccional – que considera não só a opressão de gênero, mas também sua relação com outros eixos de opressão como raça, classe, entre outras – da teoria e prática feministas, bem como em suas contribuições para os estudos geográficos, tem como tema central as cartografias feministas. Seu objetivo é compreender a desigualdade de gênero nos espaços urbanos e as formas de representar esse fenômeno através da cartografia. Desta forma, por meio de um estado da arte a respeito da cartografia temática, no geral, e das cartografias feministas, em específico, aborda tópicos como: o conceito de mapas e o desenvolvimento da cartografia temática; o contexto em que surge e se consolida a Geografia Feminista, e os temas trabalhados por este campo; algumas questões que podem ser repensadas pela cartografia como corpo, cidade e métodos de análise; além de alguns exemplos de representações cartográficas que permitem a visualização clara da dimensão espacial da desigualdade de gênero. Por fim, conclui que assim como o enfoque geográfico pode contribuir para o estudo das questões de gênero, o enfoque feminista pode contribuir para o estudo do espaço geográfico.

Palavras-chave: cartografia temática; feminismo; interseccionalidade; gênero; desigualdade.

RESUMEN

El presente trabajo, fundamentado en la perspectiva interseccional – que considera no solo la opresión de género, sino también su relación con otros ejes de opresión como la raza, la clase, entre otros – de la teoría y práctica feministas, así como en sus contribuciones a los estudios geográficos, tiene como tema central las cartografías feministas. Su objetivo es comprender la desigualdad de género en los espacios urbanos y las formas de representar este fenómeno a través de la cartografía. De esta manera, por medio de un estado del arte acerca de la cartografía temática en general y las cartografías feministas en particular, aborda temas como: el concepto de mapas y el desarrollo de la cartografía temática; el contexto en que surge y se consolida la Geografía Feminista, así como los temas trabajados en este campo; algunas cuestiones que la cartografía puede replantearse, como el cuerpo, la ciudad y los métodos de análisis; además de algunos ejemplos de representaciones cartográficas que permiten visualizar claramente la dimensión espacial de la desigualdad de género. Finalmente, se concluye que, así como el enfoque geográfico puede contribuir al estudio de las cuestiones de género, el enfoque feminista puede aportar al estudio del espacio geográfico

Palabras clave: cartografía temática; feminismo; interseccionalidad; género; desigualdad.

ABSTRACT

This study, based on the intersectional perspective – which considers not only gender oppression but also its relationship with other axes of oppression such as race, class, and others – within feminist theory and practice, as well as its contributions to geographical studies, focuses on feminist cartographies. Its objective is to understand gender inequality in urban spaces and the ways to represent this phenomenon through cartography. Thus, through a state-of-the-art review on thematic cartography in general and feminist cartographies in particular, it addresses topics such as: the concept of maps and the development of thematic cartography; the context in which Feminist Geography emerges and consolidates, as well as the themes explored in this field; some issues that cartography can reconsider, such as the body, the city, and methods of analysis; in addition to some examples of cartographic representations that clearly visualize the spatial dimension of gender inequality. Finally, it concludes that just as the geographical approach can contribute to the study of gender issues, the feminist approach can enrich the study of geographical space.

Key words: thematic cartography; feminism; intersectionality; gender; inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Projeção de Mercator	03
Figura 02 – Reconstituição do Plano de Çatal Höyük	04
Figura 03 – Variáveis da imagem e variáveis de separação	08
Figura 04 – Tabela sobre lugares e posições de Carla	24
Figura 05 – Relief Map de Carla	25
Figura 06 – Relief Maps Coletivo 1 – A casa dos pais	26
Figura 07 – Emoções de bissexuais em suas Casas, Ponta Grossa, 2021	27
Figura 08 – Feminicídios no Equador continenl, durante 2017	28
Figura 09 – Distribuição das participantes do projeto Geochicas	29
Figura 10 – Las calles de las mujeres	29
Figura 11 – Mujeres em las calles	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de relações visuais (e geográficas) presentes nos mapas	09
Quadro 2 – Paralelismos iconográficos na arte e na cartografia	11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Cartográfica Internacional
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binário e Outras não mencionadas
NHC	Nova História da Cartografia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CARTOGRAFIA TEMÁTICA.....	3
1.1 OS MAPAS	3
1.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA.....	6
1.3 CARTOGRAFIA CRÍTICA	12
2 CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA A CARTOGRAFIA.....	13
2.1 REPENSANDO O CORPO	15
2.2 REPENSANDO A CIDADE	16
2.3 REPENSANDO OS MÉTODOS	23
3 EXPERIÊNCIAS FEMINISTAS NA CARTOGRAFIA: ESPACIALIZANDO A DESIGUALDADE DE GÊNERO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

INTRODUÇÃO

Anos antes de ingressar na UNILA, soube através das redes sociais sobre o feminicídio de uma de suas estudantes, que ocorreu há mais de dez anos. A uruguaia Martina Piazza Conde Angel De Los Dolores foi mais uma vítima da violência de gênero¹. Eu, por outro lado, continuo sendo – entre tantas outras – mais uma mulher constantemente com medo.

Não por acaso, a ideia deste trabalho me ocorreu durante o primeiro semestre, durante as aulas de Introdução à Cartografia. O então professor da disciplina incentivou que me aprofundasse nas questões de gênero, recorrentemente trabalhadas por outras ciências humanas, mas consideravelmente menosprezada pelos estudos da Geografia.

Com isso, me aprofundei nesta temática – a qual já me interessava desde a adolescência, quando comecei a frequentar shows de hardcore feminista com minha tia mais nova – ao longo da graduação, tanto em disciplinas obrigatórias como Estado e Sociedade, Geografia Cultural, Cartografia Temática e disciplinas optativas ou livres como Planejamento Urbano, Mulheres e População LGBTQIAPN+ do curso de Arquitetura e Urbanismo e Gênero e Feminismo do curso de Ciência Política e Sociologia, bem como Gênero e Sexualidade na Geografia, curso de extensão da Universidade de São Paulo.

Ainda assim, o processo de escrita deste trabalho foi – no mínimo – dificultoso. Houveram diversos contratemplos durante minha estadia em Foz do Iguaçu, tanto que me fizeram retornar à São Paulo, minha cidade de origem. Com isso, foi preciso deixar o curso de lado durante um ano para que as coisas se estabilizassem novamente. Mesmo quando o retomei, à distância, conciliar a vida acadêmica, profissional e pessoal não foi fácil – mesmo com todos meus privilégios. Muitas vezes a única oportunidade para fazer as leituras era durante o trajeto casa-trabalho e trabalho-casa, folgando uma vez por semana. E minha vivência não é nada perto da realidade de muitos companheiros de universidade.

¹ Segundo Sardenberg e Tavares (2016), a violência de gênero é definida como “qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual” (p. 08). Assim, a violência de gênero atinge tanto as mulheres cisgênero, transgênero ou travestis, como os homens homossexuais, bissexuais e transexuais e pessoas não binárias.

Diante desse contexto, minha experiência pessoal e acadêmica norteou esse trabalho, que se deu a partir de uma perspectiva interseccional² da prática e teoria feminista, que não só considera a opressão de gênero³, mas também sua relação com outros eixos de opressão na sociedade, como etnia e classe, entre outros (Crenshaw, 1989 *apud* Akotirene, 2019), e de suas contribuições para a chamada Geografia de Gênero ou Geografia Feminista – que emergiu nos anos setenta, tendo como pioneiras a australiana-americana Janice Monk e a espanhola Maria Dolores García-Ramón.

Assim, entre diversas discussões abordadas por este ramo relativamente recente da Geografia Humana, este trabalho tem como tema central as Cartografias Feministas. Seus objetivos são: compreender como a desigualdade de gênero se dá nas espacialidades; e analisar como se pode representar este fenômeno na Cartografia Temática.

Com isso, por meio de um estado da arte, o primeiro capítulo contextualizou o que se entende por mapas e cartografia temática, em geral. Já o segundo capítulo abordou as contribuições temáticas e conceituais da teoria e prática feminista para a Cartografia. Por fim, o terceiro capítulo apresentou algumas experiências cartográficas que trabalham questões de gênero.

² Interseccionalidade se refere ao conceito cunhado por Kirbelé Crewshaw na área do Direito e amplamente utilizado pelo feminismo negro.

³ Segundo Piscitelli (2009), o conceito de gênero foi elaborado “para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças” (p. 119).

1 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Um mapa nos diz: ‘Leia-me com cuidado, me siga de perto e não duvide de mim’. E continua: ‘Sou a terra na palma da tua mão. Sem mim, está sozinho e perdido’.

Beryl Markham, *West with the night* (1983).

1.1 OS MAPAS

Fala-se em Geografia, a imagem de um mapa logo vem à mente – muito provavelmente, algo semelhante à bastante conhecida projeção de Mercator⁴ (Figura 01), que ilustra diversos atlas escolares. Como Martinelli (2014) aponta, antes mesmo que se estabelecesse como área do conhecimento, “fazer geografia consistia em fazer mapas” (Lacoste, 1976 *apud ibid.*, 2014, p. 07). Dessa forma, “pode-se verificar que o mapa sempre surge como representação simbólica da Geografia, o que parece se confirmar mais na atualidade” (*ibid.*).

Figura 01. Projeção de Mercator



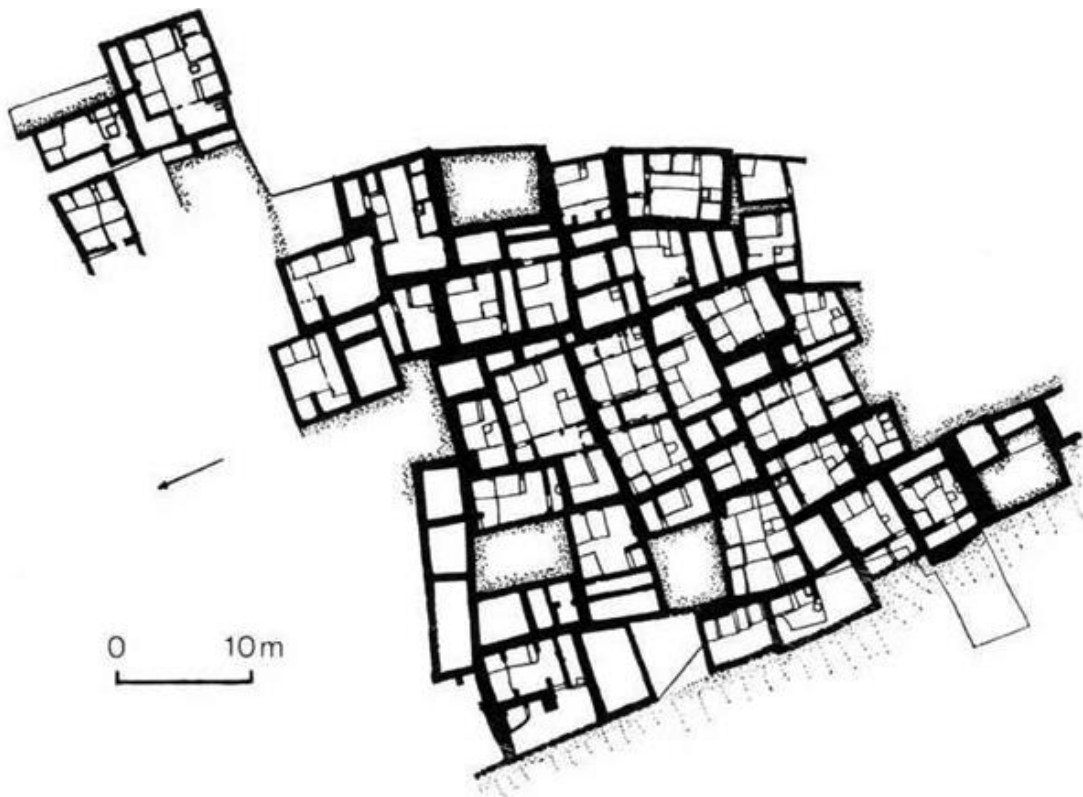
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Cartografia.

⁴ Projeção cilíndrica desenvolvida por Gerardus Mercator em 1569 (Tyner, 2010, p. 108-109).

Entende-se por mapa, de acordo com Joly (2013), uma representação geométrica plana da superfície terrestre, que apresenta curvatura e irregularidades, reproduzida em uma determinada escala – ou seja, um fator de aproximação do terreno que determina sua precisão, legibilidade, entre outras características. Vale ressaltar que, por mais detalhado que seja um mapa, este só exhibe uma simplificação da realidade. Assim, a cartografia pode ser entendida como “a arte de conceber, de levantar, de redigir e de divulgar os mapas” (*ibid.*, p. 07).

Antecedentemente, há indícios de que a representação do *espaço geográfico* surge junto à humanidade, datando cerca de 6.000 anos a.C. O mais antigo mapa que se conhece até então foi encontrado em *Çatal Höyük*⁵ (Figura 02) – localizada no centro-sul da atual Turquia. Confeccionado em pedra, este representava relações espaciais de um dos assentamentos humanos mais antigos. Segundo arqueólogos, este chegou a ocupar uma área de 16 hectares e abrigar mais de 10.000 habitantes (Instituto de Geociências/UFRGS, 2023).

Figura 02. Reconstituição do Plano de Çatal Höyük.



Fonte: <https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/index.php/mapas/255-mapa-catal-hoyuk>.

⁵ Pronuncia-se “cha-tal ruy uk”.

Como narra Duarte (1991), a primeira menção à palavra ‘cartografia’ foi feita pelo historiador português Manoel Francisco de Barros e Souza de Mesquita de Macedo Leitão – conhecido como Visconde de Santarém – em 08 de dezembro de 1839, na cidade de Paris, numa carta encaminhada ao historiador brasileiro Adolfo Varnhagen. Anteriormente, costumava-se utilizar o termo ‘cosmografia’.

Entretanto, apenas em 1966 a cartografia é formalmente definida pela primeira vez pela Associação Cartográfica Internacional⁶ como

o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir dos resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação, em vista da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, assim como de sua utilização, englobando todas as atividades. (ACI, 2012 *apud* Burda, 2014, p. 81).

Em 1973, a ACI passa a adotar um enfoque mais objetivo, antecipando a compreensão desta como um sistema de comunicação. A cartografia é definida, então, como “teoria, técnica e prática de duas esferas de interesse: a elaboração e o uso dos mapas” (Martinelli, 2011 *apud ibid.*, p. 81). Já em 1989, a noção de cartografia estabelecida por esta associação se adequa às novas formas de representação do espaço geográfico, contemplando a cartografia digital:

a organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas visual, digital ou tátil, que inclui todos os processos de preparação de dados no emprego e estudo de todo e qualquer tipo de representação da superfície da terra. (ACI, 2012 *apud ibid.*, p. 82).

Dessa forma, de acordo com Duarte (1991), a cartografia

constitui um conjunto de operações que, desde a preocupação fundamental de transformar a superfície curva da Terra sobre uma outra plana, o papel, até a busca da melhor simbologia para representar os mais variados fatos desta mesma superfície (alguns também invisíveis, como densidade demográfica, por exemplo), depende de uma sistematização das várias etapas que a constituem, dando-lhe um caráter científico indiscutível. Por outro lado, a expressão artística e própria também de todo trabalho cartográfico, no instante em que o cartógrafo busca fornecer uma informação do modo mais adequado, através de uma linguagem gráfica, respeitando as regras da semiologia gráfica e sem esquecer a ótica da estética, visando atingir o ideal da beleza. (p. 135).

De modo que

pode se constituir numa técnica do mais alto significado para uma ciência, no momento em que surge como um meio de expressão indispensável para fazer aparecer elementos que poderão orientar determinado trabalho em qualquer campo do conhecimento humano. (*ibid.*).

Além do mais, tradicionalmente, a cartografia se divide em duas vertentes: Sistemática e Temática. Como ressalta o autor,

⁶ Fundada em 1959, a ICA - International Cartographic Association é o órgão internacional preeminente para a Cartografia e a Ciência da Informação Geográfica.

houve sempre uma divergência caracterizada por dois pontos de vista, o da Cartografia Topográfica e o da Temática, sendo esta dualidade devida a um abuso de linguagem ou mesmo de uma deficiência do vocabulário corrente. Cartografia Topográfica [...] tem um sentido de representação exata e detalhada de um lugar, enquanto o adjetivo Temática, de uso recente, tem um sentido imperfeito e bastante controverso, pois todo mapa, mesmo topográfico, ilustra um tema. (*ibid.*, p. 133).

Dito isso, a Cartografia Sistemática tem como foco o posicionamento (X, Y, Z) e os erros associados, utilizando diversas tecnologias – como sistemas de posicionamento por satélite, sensoriamento remoto etc. – para a realização de mapeamento de base (planimetria e altimetria), além de implantação e manutenção de redes de apoio geodésicas. Por outro lado, a Cartografia Temática é um instrumento para a Geografia e demais ciências que necessitam, por exemplo, demonstrar fenômenos – que não se veem necessariamente – na forma gráfica, preocupando-se mais com o conteúdo que vai ser representado no mapa do que com a precisão dos contornos ou da rede de paralelos e meridianos.

Ainda, de acordo com o Dicionário de Geografia Aplicada,

o uso consagrado e generalizado da expressão cartografia temática até nossos dias expressa a sedimentação e a naturalização da divisão tipológica da cartografia entre cartografia topográfica (ou sistemática) e cartografia temática. Essa divisão é naturalizada a ponto de orientar as práticas, os debates e as grades curriculares na área de cartografia, a ponto de não ser objeto de questionamento [...]. Essa divisão, que ao que tudo indica é pouco produtiva e está se transformando em obstáculo para o desenvolvimento da cartografia. O desenvolvimento e a multiplicação das possibilidades e das formas de confecção da cartografia temática se deram de tal maneira, tanto nos meios científicos, nos meios estatais e empresariais, assim como junto ao grande público, que é possível afirmar que o mundo está pleno de mapas, e esses mapas são predominantemente temáticos [...]. Hoje se multiplicam mapas temáticos de grande valor comunicativo no desvendamento das lógicas geográficas, sem referência explícita a uma base cartográfica topográfica (Fernandes; Trigal; Sposito, 2016).

1.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Segundo Fernandes, Trigal e Sposito (2016), ‘cartografia temática’, foi uma expressão utilizada primeiramente em 1953 pelo alemão Nicolas Creutzburg, tornando-se corrente a partir dos anos 1960. Apesar da criação de ‘mapa temático’ ser recente, este tem uma história remota, surgindo em um contexto marcado por preocupações que iam além da localização e da identificação dos objetos visíveis da superfície terrestre. O mundo precisava ser conhecido mais a fundo, contemplando seus conteúdos imateriais. Isto é, outros aspectos da realidade também precisavam ser visualizados.

Como aponta Martinelli (2010), embora houvesse produções anteriores, os trabalhos elaborados por Edmund Halley são considerados o marco inicial do estabelecimento de métodos representativos para a cartografia temática. Ao fazer o ‘Mapa dos ventos alísios e das monções’ para o Oceano Atlântico (1686), e o ‘Mapa das declinações magnéticas’ (1701) para o mesmo oceano, ele teria lançado as bases para a representação de fenômenos que se manifestam – visivelmente ou não – à superfície dos oceanos e dos continentes. Assim,

Com estas representações, deu-se claramente o início da ruptura com o mundo visível e a busca da exploração da variação perceptiva em terceira dimensão visual, dissociada do espaço em duas dimensões de base, intrínseca ao mapa como figura do terreno, como é feito na cartografia topográfica. (*ibid.*, p. 07).

Cabe salientar que, até o final do século XVIII, a cartografia costumava ignorar os fenômenos econômicos ou demográficos, não se atentando à dimensão quantitativa dos acontecimentos sociais. Desse modo, as representações quantitativas da sociedade ocorreram tardiamente, consolidando-se somente após 1820. De início, esses mapas registravam apenas a distribuição e a extensão da área dos lugares habitados, mas sem exprimir a ordem de grandeza da sua população. A quantificação começou timidamente, justapondo-se ao lugar de manifestação, o dígito do número de seus habitantes ou incluindo junto aos mapas quadros estatísticos.

Após um salto no tempo, nos anos 1960 a cartografia, como um todo, e a cartografia temática, em particular, ganharam uma intrigante contribuição, “colocando-a num contexto paralelo ao da Linguística de Saussure, ciência da linguagem verbal humana, sistematizada bem no início do século XX” (*ibid.*, p. 21). O responsável por este feito foi Jacques Bertin (1918-2010), que estabeleceu a representação gráfica, ou simplesmente ‘Gráfica’, como a gramática da linguagem dos mapas, dos gráficos e das redes. Assim, ao estabelecer uma linguagem gráfica designou também uma semiologia, a ‘Semiologia Gráfica’, título dado a sua obra de 1967, na qual propõe uma ‘Teoria geral da expressão gráfica’.

1.2.1 A Semiologia Gráfica de Jacques Bertin

A Semiologia gráfica seria então, segundo Bonin (2000), uma linguagem de fato, pois as representações gráficas são sistemas de signos que possibilitam construções comunicativas de relações de diversidade, de ordem ou de proporcionalidade existente entre os dados quantitativos ou qualitativos (*apud*

Fonseca e Oliva, 2013).

Nesse domínio se encontram a elaboração de mapas e a produção dos gráficos e das redes. Joly (2013) sublinha que “a semiologia gráfica [...] procura definir e formular as regras de emprego racional da linguagem gráfica” (p.38).

A proposta de Bertin é inovadora pelo fato de codificar a percepção visual comum das pessoas – sendo praticamente universal – com a identificação das variáveis da imagem e das variáveis de separação (Figura 03). Para construir a linguagem cartográfica a partir desse quadro a regra é simples: relações diretas e pertinentes vão se estabelecer entre as informações implantadas nos mapas e os fenômenos que se queira representar, caso variáveis visuais da imagem forem consideradas (*op. cit.*).

Figura 03. Variáveis da imagem e variáveis de separação.

		AS VARIÁVEIS DA IMAGEM									
		PONTO			LINHA			ZONA			
XY 2 DIMENSÕES DO PLANO											
	Z										
	TAMANHO										
	VALOR										
		AS VARIÁVEIS DE SEPARAÇÃO									
	GRANULAÇÃO										
	COR										
	ORIENTAÇÃO										
	FORMA										

Fonte: Adaptação de Bertin, 1970.

Destarte, mapas que levam em conta a semiologia gráfica são mais inteligíveis pois exibem instantaneamente o fenômeno representado ao se utilizarem das variáveis visuais da imagem. São chamadas variáveis visuais da imagem o tamanho e o valor. Já as variáveis de separação são normalmente cor e forma. Originalmente, utilizava-se também as variáveis visuais de granulação e orientação, mas são pouco utilizadas nos mapas atuais. As variáveis visuais da imagem produzem os chamados ‘mapas para ver’ (Bertin, 1988), visto que possuem apreensão instantânea da geografia do fenômeno. Já as variáveis visuais de separação permitem a apreensão da diversidade visual.

Tendo isso em vista, todo mapa deve responder diretamente a duas questões básicas: “Em um lugar qualquer, o que há?”; “Um fenômeno qualquer onde está?”. Depois de respondidas essas questões elementares, tem-se a resposta para uma terceira questão: “Para um fenômeno representado, qual é a sua distribuição espacial?”. Ou, se aprimorada: “Nessa distribuição espacial, qual a ordem? Ou quais as relações de proporcionalidade?”. No caso de mais de um fenômeno representado, a distribuição espacial refletirá também como se manifesta a diversidade dos fenômenos. Considerando isso, a proposta de Bertin visa, ao mesmo tempo, corresponder à percepção visual e universal e responder às questões geográficas elementares a que um mapa deve atender.

Como resultado, há três possibilidades de expressão visual tratadas por Bertin, que se estabelecessem de forma monossêmica – isto é, tendo uma única compreensão:

Tal como a matemática, a gráfica preocupa-se, para todas as coisas, apenas com as relações de semelhança (=), ou inversamente, de diferença (\neq), nas relações de ordem (O) e de proporcionalidade (Q) entre os elementos de cada componente. As duas dimensões do plano têm a propriedade de expressar espontaneamente todas estas relações. Mas as seis variáveis retinianas têm apenas uma parte destas propriedades e, por exemplo, a transcrição de um componente ordenado (O) por uma variação na forma (Ξ) destrói o caráter do componente, impede a percepção espontânea e leva a decifrar as formas uma a uma. (*ibid.*, 1970).

Fonseca e Oliva (2013) afirmam que uma classificação simples permite identificar os tipos de relações visuais – e geográficas – que a semiologia gráfica expressa. Os tipos de relações que podem ser expressas nos mapas – diferença, quantidade, ordem e movimento – dão origem a modalidades-padrão de representação. Compreender seus princípios e finalidades é de grande importância para o domínio da linguagem cartográfica.

Com base no que foi exposto, se pode confeccionar mapas temáticos a partir de diferentes métodos, conforme o que for mais apropriado para cada fenômeno, que pode se manifestar por meio de pontos, linhas ou áreas. A abordagem pode ser quantitativa, qualitativa ou ordenada. Sua apreciação pode ser estática ou dinâmica. Ademais, Martinelli (2014), salienta que

fenômenos que compõem a realidade geográfica a ser representada em mapa permitem ser considerados dentro de um raciocínio de análise ou de síntese. Nesse sentido, será possível ter, de um lado, uma cartografia analítica – abordagem dos temas em mapas analíticos, atentando para seus elementos constitutivos, lugares, caminhos ou áreas caracterizadas por seus atributos ou variáveis e, de outro, uma cartografia de síntese – abordagem de temas em mapas de síntese, empreendendo a fusão de seus elementos constitutivos em ‘tipos’, perfazendo agrupamentos de lugares, caminhos ou áreas unitárias de análise. (p. 41-42).

Assim sendo, os métodos de representação são: quantitativos – figuras geométricas proporcionais, pontos de contagem, coroplético e isaritmico; qualitativos – pontos diferenciados, linhas diferenciadas e corocromático qualitativo; ordenadas – pontos ordenados, linhas ordenadas corocromático ordenado; dinâmicos – fluxos (para movimentos no espaço) ou corocromático qualitativo, corocromático ordenado, figuras geométricas proporcionais e coroplético (para transformações e variações).

Quadro 01. Tipos de relações visuais (e geográficas) presentes nos mapas.

Tipos de relações visuais (e geográficas) presentes nos mapas: modalidades de representação cartográfica	
Tipo de relação	Expressão
1. Separação de objetos diferentes	Diferença qualitativa
2. Diferenças de proporção entre tamanhos e quantidades de um mesmo elemento	Tamanho, quantidade
3. Ordenamento por valores diferentes de um mesmo elemento	Ordem
4. Direcionamento de fluxos (relações) entre pontos distintos do espaço	Movimento (Dinâmica)

Fonte: Fonseca; Oliva, 2013, p. 113.

1.2.2 A Nova História da Cartografia

No que se refere à Cartografia Histórica, o principal destaque é o britânico John Brian Harley (1932-1991), geógrafo, cartógrafo e historiador de mapas que trabalhou nos EUA e, juntamente com David Woodward (1942-2004), entre outros, foi responsável por estabelecer os princípios da chamada ‘Nova História da Cartografia’ nos anos 80. Eles passaram a questionar a objetividade da ciência cartográfica ao introduzir elementos culturais e relativistas nas discussões teórico-metodológicas da disciplina, com o objetivo de situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso.

Para Harley (2005), os mapas são “uma linguagem gráfica que se deve decodificar. São uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências que podem ser estudadas nas sociedades de seu tempo” (p. 62). “As circunstâncias em que as condições históricas são definidas produzem um mapa que é, indiscutivelmente, um documento social e cultural” (*ibid.*, p. 72). Nesse sentido, os mapas devem ser lidos como “imagens refletidas que contribuem para o diálogo em um mundo socialmente construído”, ou seja, “mapas são produções culturais de discursos sobre o território” (*ibid.*, p. 80).

As definições deste autor se distanciam da ideia dos mapas como imagens/espelho da realidade, como uma janela para o mundo. Assim, ao tratar dos mapas antigos – o interesse maior desse autor – expõe que

longe de servirem como uma imagem simples da natureza que pode ser verdadeira ou falsa, os mapas redescrevem o mundo, igual a qualquer outro documento, em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais. O que vemos em um mapa está tão relacionado com um mundo social invisível e com a ideologia como com os fenômenos vistos e medidos na paisagem. (*ibid.*, p. 61).

Qualquer mapa propõe uma versão ou uma interpretação da realidade a qual se refere, em função das intenções relativas a esta realidade. Em outros termos, não há uma versão “melhor”, mas versões que atendam a um contexto específico. Por isso, os mapas são documentos que devem ser lidos e analisados em sua totalidade.

A metodologia de análise e desconstrução de mapas antigos de Harley tem suas bases em Derrida e Panofsky. Em ambos, se busca a textualidade, a metáfora e a dimensão retórica do mapa. A Iconologia é assim apresentada:

Quadro 02. Paralelismos iconográficos na arte e na cartografia.

Arte (usando os termos de <u>Panofski</u>)	Cartografia (Paralelismo cartográfico sugerido)
1. Tema primário natural: motivos artísticos.	1. Signos convencionais individuais
2. Tema secundário convencional.	2. Identidade topográfica nos mapas: o lugar específico
3. Significado ou conteúdo intrínseco	3. Significado simbólico nos mapas: ideologias do espaço

Fonte: Harley, 2005, p. 75.

1.3 Cartografia Crítica

A cartografia crítica aspira uma desconstrução do mapa, podendo assim se analisar as implicações sociais dos mapas na cartografia moderna. Crampton (2010) – professor de Geografia na Universidade George Washington – explica que as práticas da cartografia crítica têm desempenhado um papel importante na história contemporânea, tendo em conta que os mapas têm sido utilizados de diversas formas, porém nem sempre são aceitos como representações dentro da cartografia acadêmica. Para ele, as expressões cartográficas podem ser usadas para persuadir intenções e valores às áreas geográficas que não foram entendidas como realidades do espaço cartesiano.

Até 1980 o mapa era visto, em essência, como um objeto que comunicava informações coletadas e processadas por cartógrafos especialistas. Desta forma, historicamente a cartografia foi moldada através de anos de treino, com base em técnicas especializadas, de maneira que os mapas pudessem comunicar informação do *expert* para o leitor. No entanto, com a vinda dos avanços tecnológicos da internet, também referida como internet 2.0, a democratização da cartografia trouxe base de dados interligados, massivamente distribuídos, *mashups* e ferramentas *open-source* (código aberto) customizáveis. Dessa forma, atualmente a cartografia permite um mapeamento ‘colaborativamente conectado’ (*ibid.*).

2. CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA A CARTOGRAFIA

De acordo com García e Herrera (2016), a Geografia “em seu amplo espectro de possibilidades para estudar os processos sociais que se manifestam espacialmente, por muito tempo ignorou o fato de que esses processos eram diferentes para homens e mulheres”, percebendo “tardamente, em comparação com outras disciplinas, que não poderia ignorar a variável gênero como um componente de diferenciação social” (p. 09).

Assim sendo, segundo Monk e García-Ramon (1987), duas das pioneiras nos estudos de gênero na Geografia, especificamente, o enfoque feminista emerge neste campo disciplinar, em meados dos anos 1970, “como expressão acadêmica do movimento em favor da igualdade das mulheres” (p. 148), que nesse contexto insurgia em uma ‘segunda onda’⁷. Deste modo, a chamada Geografia de Gênero – ou melhor dizendo, a Geografia Feminista – busca compreender como as relações humanas e espaciais são moldadas a partir do gênero e se propõe a promover mudanças sociais.

Dentre diversas contribuições da teoria feminista para a Ciência, como um todo, destaca-se que ela revelou como o conhecimento é socialmente construído e influenciado pelos valores e objetivos de seus pesquisadores – e suas pesquisadoras. Diante disso, os primeiros estudos geográficos com perspectiva feminista apontavam a errônea suposição de que a experiência masculina era universal e demonstravam diferenças entre as experiências das mulheres e dos homens no espaço.

Posteriormente, surgem outras questões teóricas e metodológicas: Uma delas é o indispensável reconhecimento da diversidade das vivências femininas, considerando-se a noção de ‘interseccionalidade’ do feminismo negro. A outra é entendimento da insuficiência dos métodos quantitativos para a análise apropriada das subjetividades das mulheres, sendo incorporadas técnicas qualitativas. (*op. cit.*).

A seguir, a Geografia Feminista se consolida na Conferência Regional sobre Países Mediterrâneos da União Geográfica Internacional de 1986, realizada na cidade de Barcelona. Este evento contribuiu para a ampliação do debate sobre as experiências das mulheres em várias partes do mundo, sendo discutidos temas como:

⁷ Segundo Zirbel (2020), a segunda onda do feminismo ocorreu entre os anos 1960 e 1980, abordando questões sociais, culturais e econômicas como direitos reprodutivos, igualdade salarial e papéis de gênero. Com isso, houveram mudanças significativas tanto na legislação quanto na percepção social com relação às mulheres (p. 15-21).

impactos da colonização britânica nos papéis femininos; restrições espaciais para mães trabalhadoras suburbanas; dependência das mulheres ao transporte público e contribuições invisíveis das mulheres na economia rural e informal. Dessa forma, revelou-se a influência de sistemas políticos e econômicos nas relações de gênero, alterando profundamente as dinâmicas socioespaciais (*ibid.*, *passim*).

Assim, de acordo com Kern (2021), o campo da geografia, particularmente, contribui de modo único para os estudos feministas, pois espacializa o patriarcado⁸, o sexismo⁹ e o machismo¹⁰. Afinal, estes são produzidos e reproduzidos em algum lugar, bem como os demais sistemas de opressão e suas respectivas ideologias. Conforme Darke (1966), “qualquer assentamento é uma inscrição no espaço das relações sociais na sociedade que o construiu. Nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto” (*apud ibid.*, p. 29).

Além do mais, segundo Rose (1997),

por mais que nós, na condição de geógrafas/os, tenhamos capacidade intelectual e metodológica de abordar qualquer fenômeno, incluindo aqueles que transcendem nossa experiência pessoal e social, discutimos com mais propriedade os fenômenos que são mais próximos de nós. (*apud Brito Souza, 2022, p.15*).

Até porque “quando temos familiaridade com os sujeitos e/ou objetos que pretendemos pesquisar, conseguimos direcionar politicamente os nossos questionamentos” (Demo, 1981 *apud. ibid.*). Deste modo, as geógrafas feministas “frequentemente recorreram às suas próprias experiências para explorar como o gênero se interligava com outras desigualdades sociais e o papel que o espaço desempenhava na estruturação de sistemas de opressão” (*op. cit.*, p. 32-33).

Um exemplo disso é a britânica Gill Valentine, que abordava as experiências lésbicas, contribuindo para o surgimento das Geografias da Sexualidade. Outro exemplo são as geógrafas feministas negras e indígenas, como as canadenses Katherine McKittrick e Sarah Hunt – que denunciam a visão privilegiada, racista e colonial reproduzida frequentemente pela geografia feminista branca em seus estudos (*loc. cit.*).

⁸ “Segundo Saffioti (2015), é o “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 47) – brancos, cisgênero e heterossexuais, principalmente.

⁹ Ideologia que supõe diferenças entre homens e mulheres determinadas pelo sexo biológico, não sendo “meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele” (*ibid.*, p. 131).

¹⁰ Sistema de ideias que presume a superioridade masculina.

Já na América Latina, Argentina e Brasil foram os países percussores da Geografia Feminista. No Brasil, mais especificamente, há mais de 30 anos são realizadas investigações geográficas feministas. Porém, segundo Silva (2016), ainda assim há dificuldade na difusão das pesquisas e invisibilidade nos círculos acadêmicos tradicionais, além da escassez de dados. Outro desafio, apontado por ela, é o estabelecimento de uma perspectiva própria – sem tanta influência estrangeira –, com a construção de marcos teóricos que levem em conta a diversidade brasileira a partir de um enfoque interseccional, promovendo, assim, o conhecimento local e o questionamento de ideias dominantes.

2.1. REPENSANDO O CORPO

Além das tradicionais categorias território, espaço e lugar, entre outras, mais recentemente o corpo também passa a ser visto como escala de análise da Geografia. Segundo Campos e Silva (2020),

as abordagens geográficas sobre o corpo como espaço são ricas e variadas. Apesar disso, é possível identificar um traço comum entre elas, interpretam sujeitos cujas marcas corpóreas trazem implicações desvantajosas nas experiências espaciais. Os sujeitos que reivindicam o direito a seus corpos sentem sua carne atravessada pelo poder que subjuga sua existência espacial. Os corpos marcados não gozam do privilégio da transcendência que homens brancos, heterossexuais alcançaram. (p.106).

Anzaldúa (1987), coloca que “el cuerpo material es el centro y central” (*apud* Marchese, 2019). Ao prestarmos atenção nele, aproxima-se de “uma compreensão cuidadosa de que o corpo é um local onde as relações de poder e de políticas urbanas de gênero, classe, raça e sexualidade acontecem” (Parker, 1994, p. 214-223 *apud* Kern, 2021, p. 224). Conforme Rich (1984),

[...] os corpos são atravessados por poderes de outras escalas como as políticas de maternidade, do aborto, da heterossexualidade compulsória, da política do estupro, da esterilização forçada, da política do racismo e assim por diante. A reivindicação do direito sobre o corpo faz dele um espaço de luta social. O corpo uma escala espacial ativamente produzida ‘em’ e ‘através’ das relações de interação espaciais. (*apud* Campos; Silva, 2020, p. 106).

Para a autora, “o corpo é geopoliticamente localizado, na medida que uma mesma característica pode ganhar um sentido diferente, dependendo de sua localização e, portanto, das relações escalares” (*ibid.*, p. 105-106).

Giulia Marchese – italiana que estudou no Brasil e no México – faz uma discussão bastante inédita a respeito de uma perspectiva que não somente enxerga o corpo estando presente no território, mas também o corpo enquanto território. Vale

ressaltar que território é, segundo a autora, “literalmente en donde se extiende el terror, el poder, la autoridad o la jurisdicción” (*ibid.*, p. 26) exercida pelo Estado. Assim, “el continuum de violencia que se acumula en nuestros cuerpos señala una trayectoria que, más que ser un punto en el mapa de la violencia, es el mismo territorio que se vuelve espacio del mapa” (*ibid.*, p. 13).

A compreensão de ‘corpo-território’ é uma contribuição importante dos estudos feministas, latino-americanos em especial, para a crítica à violência – sob uma ótica decolonial – que este, entre tantos trabalhos, se propõe. Neste sentido, o corpo vai além de um meio através do qual se experimenta o espaço, ainda mais para os corpos sexualizados e racializados, a quem são negados uma experiência autônoma. Assim, o corpo feminino é um território na iminência constante de ser invadido, controlado, violentado – assim como a terra – mas também um meio primordial de resistência.

2.2. REPENSANDO A CIDADE

Leslie Kern (2021), geógrafa feminista canadense, conta em seu aclamado livro ‘Cidade Feminista’ sobre suas vivências em diferentes localidades e em diferentes fases de sua vida, demonstrando as opressões sofridas por mulheres diversas no contexto urbano.

De acordo com a autora, as cidades são pensadas por e para os homens. Um exemplo do androcentrismo¹¹ está na própria academia, onde geralmente os estudos urbanos são escritos por homens – heterossexuais, cisgênero e brancos – citando outros homens – também heterossexuais, cisgênero e brancos (Ahmed, 2019 *apud ibid.*, p. 20). Outro exemplo está nas instituições políticas, onde

os tomadores de decisão das cidades, que na maioria ainda são homens, fazem escolhas em relação a todas as coisas, de política econômica urbana, ao planejamento de moradias, localização das escolas aos assentos de ônibus [...] sem tomar conhecimento, muito menos se preocupar como essas decisões afetam as mulheres. (*ibid.*, p. 18-19).

E, da modernidade até a atualidade, quando se pensa nas mulheres é como um problema a ser resolvido, sendo seus corpos controlados devido a valores morais, culturais, etc. por meio de violência, esterilização forçada, criminalização, entre outros (*ibid.* p. 15-18).

¹¹ Perspectiva que coloca o homem como referência central e padrão universal.

Diante desse cenário, há cada vez mais acadêmicas, escritoras, ativistas, arquitetas, planejadoras urbanas e geógrafas feministas pensando em espaços públicos e privados com mais equidade de gênero – e de raça, classe, entre outros. Entretanto, até hoje há poucas mulheres, ainda mais em sua diversidade, atuando no planejamento urbano, o que faz com que suas pautas específicas – relacionadas à segurança, mobilidade e acessibilidade – sejam muitas vezes negligenciadas.

Adicionalmente, pode-se afirmar que “o lugar da mulher é na cidade” (Werkele, 1984 *apud ibid.*, p. 26), pois é nela onde há mais opções e oportunidades para as mulheres, especialmente aquelas que, de certo medo, destoam dos papéis de gênero¹² – mães solo, por exemplo. Estas são favorecidas pela maior disponibilidade de transporte, creches, escolas, parques, hospitais, entre outros serviços oferecidos pelas cidades (*ibid.*, p. 54).

No entanto, vale ressaltar que nem sempre o que é vantajoso – ou o que parece ser – para as mulheres também o é para os demais, como comunidades racializadas e de classes baixas. Conforme Curran (2018), “as mulheres não eram só apenas beneficiárias em potencial da gentrificação, mas também impulsionadoras desse processo” (*apud ibid.*, p. 60), considerando o contexto em que as mulheres entram no mercado de trabalho e precisam conciliar duplas ou até triplas jornadas de trabalho. Assim, devemos nos atentar para que nosso feminismo não reproduza uma lógica liberal, que normalize a gentrificação¹³.

Apesar das vantagens em comparação aos subúrbios – projetados para o modelo de família nuclear heterossexual –, as cidades não deixam de ser hostis às diversas mulheres (*ibid.*, p. 54). As gestantes, por mais que tenha assentos preferenciais, muitas vezes são ignoradas no transporte público. As mães e cuidadores precisam se deslocar com carrinhos de bebê em vias nada acessíveis, fora a dificuldade de se encontrar fraldários. As mulheres da comunidade LGBTQIAPN+ além de invisibilizadas, têm poucos espaços seguros para criar laços de amizade e redes de apoio. Já as mulheres solteiras têm outra relação com o espaço

¹² Modos de pensar e se comportar associados às mulheres e aos homens.

¹³ Processo de transformação – comumente chamado de ‘revitalização’ – de áreas urbanas desvalorizadas, atendendo interesses econômicos ao aumentar os valores dos imóveis e do custo de vida em determinados bairros, expulsando seus moradores originais – geralmente de classes baixas – e atraindo classes mais altas, alterando as dinâmicas social e cultural destas localidades.

público, sendo estigmatizadas ao frequentarem lugares sozinhas, além da maior chance de sofrerem assédio estando desacompanhadas (*ibid.*).

Além disso, o corpo feminino é considerado público, seja demasiado magro, gordo ou grávido. Não há escapatória para olhares, comentários, conselhos e toques. Conforme Kern, ter seu espaço pessoal respeitado é “um privilégio que raramente foi concedido às mulheres” (p. 122) e ficar sozinha pode ser considerado um luxo na sociedade em que vivemos (p. 126). Assim, devido ao fato de raramente passarmos despercebidas, a cidade de gênero se torna ainda mais nítida para nós. “Misturar-se à multidão urbana, atravessar livremente as ruas [...] têm sido considerados como verdadeiros ideais urbanos desde a explosão do crescimento populacional nas cidades industriais”, ainda mais sendo mulher (*ibid.*, p. 41). De acordo com Wolff (1985), “as mulheres nunca podem se esconder totalmente na invisibilidade, porque seu gênero as marca como objetos do olhar masculino” (*apud ibid.*, p. 42).

Quanto à ocupação do espaço público pelas mulheres, por muito tempo restrita, pode-se dizer que

embora os padrões de feminilidade adequada tenham relaxado um pouco desde os tempos vitorianos, a variedade de lugares onde as mulheres podem estar confortavelmente sozinhas sem parecer ‘fora do lugar’ não é tão diferente. [...] os espaços de consumo, cultura e entretenimento ainda são considerados locais mais adequados para a vida pública das mulheres. (*ibid.*, p. 140).

Assim, mesmo que atualmente as mulheres – brancas e de classe média, principalmente – tenham, supostamente, a mesma autonomia que os homens para acessar variados espaços, se permitir sair dos espaços considerados ‘adequados’ ainda apresenta risco. E, novamente, ressalta-se que “a falta de conforto das mulheres em certos espaços pode ser usada como justificativa para uma série de intervenções problemáticas que aumentam o perigo para outras pessoas”, por exemplo, a população em situação de rua – segregada pela ‘Arquitetura hostil’¹⁴. Desse modo, enquanto algumas têm mais liberdade, outras têm mais exclusão, vigilância e policiamento (*ibid.*, p. 141-143).

¹⁴ ‘Arquitetura hostil’, como apontam Severini e Nunes (2022), “remete a um método específico de desenho urbano que (de)limita, e afasta pessoas, influenciando os comportamentos sociais numa cidade. Certos dispositivos físicos, instalados no espaço público, segregam e restringem encontros. Como exemplo [...] podem-se citar o tamanho e o formato dos bancos, as pontas de ferro implantadas nos parapeitos de edifícios públicos, as pedras instaladas sob os viadutos e os alambrados cercando fontes e chafarizes” (p. 78).

Uma das formas das mulheres ocuparem o espaço público são os protestos. Segundo Kern, as cidades têm sido historicamente espaços de resistência e reivindicação de direitos dos mais variados movimentos sociais, até mesmo por “oferecerem a combinação certa de recursos para protestar de forma visível e eficaz”. E, de forma semelhante à autora,

o ativismo e, especialmente, o protesto público, me conectou às cidades e à minha política feminista de modo crítico. Muito antes de eu conhecer o conceito urbano esquerdista de ‘direito à cidade’, participar de protestos despertou meu sentimento de pertencer à cidade e confirmou minha justa indignação com injustiças generalizadas que afetaram, não apenas a minha vida, mas também as vidas de milhões de outras pessoas. Protestos sempre abasteceram minha revolta e meu compromisso com a mudança [...]. Eles continuam a me ensinar muito sobre conceitos como solidariedade e defesa de justiça sociais, sobre a relação do feminismo com outros movimentos sociais, sobre interseccionalidade e seus sucessos e fracassos. Eles animam tudo o que penso sobre o que uma cidade feminista poderia e deveria ser (ibid., p. 160-161).

Assim, como mencionado pela autora, há tempos as mulheres usam a cidade “tanto como local quanto como lanças de luta” (Lefebvre, 1996 *apud ibid.*, p. 161), desde as sufragistas em Londres, as mulheres trans e *drag queens* de Stonewall¹⁵ em Nova York, até os movimentos contemporâneos como 8M, Marcha das Vadias e #MeToo. Diante disso, observa-se a importância da organização coletiva das mulheres, visto que “a história é clara em mostrar que a mudança social não acontece sem alguma forma de protesto e, de fato, a maioria das melhorias na vida das mulheres nas cidades” decorre do ativismo (*ibid.*, p. 190).

2.2.1. Cidade do Medo

*Por onde ando
Por onde passo
É território do patriarcado
Quer me impedir de ocupar
As ruas da cidade
Quer me dominar*

Charlotte Matou Um Cara, *A rua é um campo de batalha* (2017).

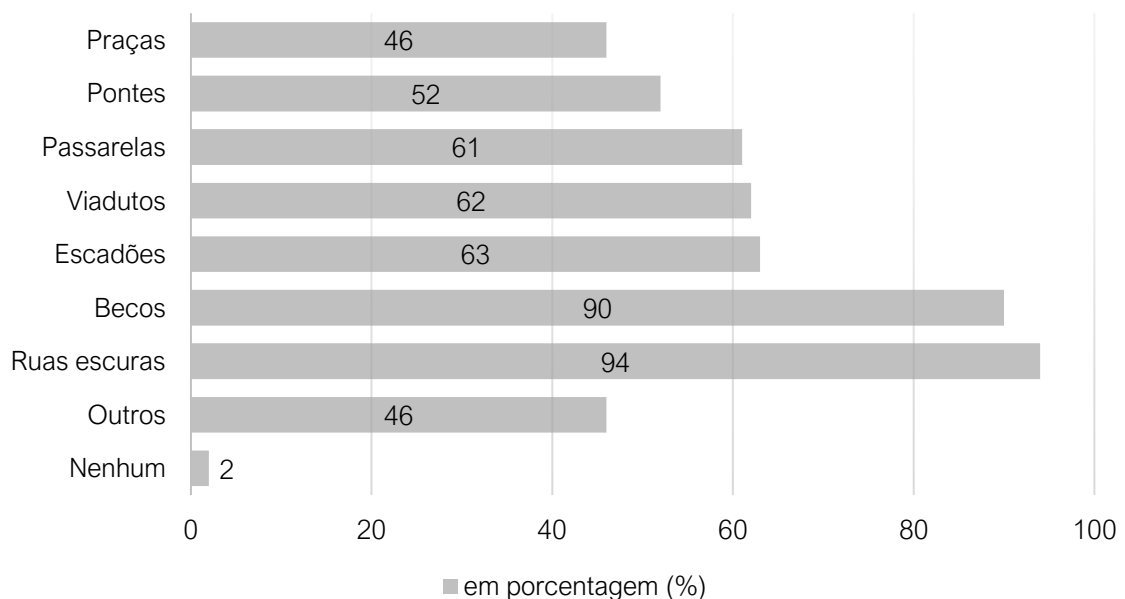
Outro ponto importante é como a constante ameaça da violência de gênero limita o pleno direito à cidade das mulheres. O medo que se sente desde cedo, por mais que ainda não se saiba exatamente do quê, é parte da socialização feminina.

¹⁵ A Revolta de Stonewall, como é conhecida, foi uma série de protestos protagonizados pela comunidade ‘*queer*’ de Nova York em reação à violência policial. Iniciados no dia 28 de junho de 1969, este evento foi um marco para o movimento pela diversidade sexual, sendo estabelecido posteriormente como dia do orgulho LGBTQIAPN+.

Pode ser que ele dê indícios ainda na infância ou no início da adolescência, mas em determinada ocasião ele começa a fazer sentido, geralmente na prática. No meu caso, infelizmente, ainda tenho a recordação da primeira vez em que fui assediada, aos treze anos, por um senhor – que tinha idade suficiente para ser meu avô – que também aguardava na fila da padaria do meu bairro.

O medo ‘feminino’, em particular, foi estudado por diversas áreas, verificando que as mulheres se sentem mais ameaçadas nas cidades, à noite e por estranhos. E, enquanto no espaço público os homens têm medo do roubo, as mulheres têm medo do estupro. Esse medo é reforçado pelo assédio – verbal, físico e sexual – enfrentado por elas, diariamente, nas ruas e no transporte público, seja por meio de assobios, gestos, ‘cantadas’ ou toques (*ibid.*, p. 194-196). Koskela (1999) salienta que essa situação “lembra às mulheres todos os dias que elas não foram feitas para estar em certos espaços” (*apud ibid.*, p. 197). Também é alimentado pelo sensacionalismo jornalístico e séries ou filmes policíacos.

Segundo o documentário ‘Sob constante ameaça’ (2018) da Agência Pública, em 2016 foi realizada a pesquisa *online* ‘Ocupação da cidade, medos e afetos’ com mulheres cisgênero e transgênero, além de homens transgênero. Nota-se, a partir das 2590 respostas obtidas, que a maior parte: evita andar pela cidade à noite; já escolheu determinada roupa conforme o caminho que faria; e costuma mudar o trajeto para evitar qualquer tipo de violência de gênero. Além disso, evita-se andar só por:



Fonte: Agência Pública

Ainda, nesse documentário foram entrevistadas mulheres cisgênero e transgênero – sendo elas brancas, negras, migrantes ou deficientes – e também homens trans. Isso demonstra como o estado de alerta constante afeta a qualidade de vida das mulheres – assim como da população LGBTQIAPN+ – independentemente de suas características físicas. Conforme um dos relatos, a rua pode ser considerada um verdadeiro campo de batalha.

Em contrapartida, já se constatou que a violência de gênero geralmente ocorre em espaços privados, sendo cometida por conhecidos. No entanto, a violência doméstica e intrafamiliar não parece receber tanta atenção assim, podendo essa diferença

servir para direcionar o medo das mulheres para o lado de fora, longe de casa e da família, reforçando as instituições patriarcais como a família nuclear e a dependência das mulheres na parceria heterossexual para uma aparência de segurança. Em um ciclo vicioso, isso estigmatiza a violência vivida dentro do espaço ‘seguro’ da casa e afasta-a para ainda mais longe da vista (*ibid.*, p. 198).

Em outras palavras, o medo das mulheres tem uma função social: o controle. Mantendo assim, o *status quo*¹⁶.

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que o medo das mulheres “o medo que as mulheres têm dos homens assume uma lógica geográfica” (*ibid.*, p. 199), podendo assim ser mapeado. De acordo com Valentine (1989), “as mulheres não podem ter medo de todos os homens o tempo todo, portanto, para manter a ilusão de controle sobre sua segurança, elas precisam saber onde e quando elas podem encontrar ‘homens perigosos’ para poder evita-los” (*apud ibid.*, p. 199) – vale lembrar que quem é considerado perigoso ou não é bastante relativo. Do mesmo modo, externalizamos o medo para “ruas, becos, plataformas de metrô, calçadas escuras da cidade” além de “parques, vielas, garagens e estacionamentos”, desenhando mapas mentais dinâmicos, mas deixando de incluir “como perigosos os lugares onde as mulheres enfrentam mais violência – sua casa e outros espaços privados” (*ibid.*, p. 200-201).

Contudo, houve avanços quanto à segurança das mulheres promovidos por ativistas, geógrafas, arquitetas e planejadoras urbanas feministas. Algumas dessas mudanças são: melhoria da iluminação pública, desobstrução de paisagens, cabines telefônicas de emergência, botões do pânico em estabelecimentos, vagões de trem

¹⁶ Expressão latina que significa ‘o estado das coisas’, indicando a ordem estabelecida.

ou metrô exclusivos para mulheres – o que somente reduz danos, na verdade – ou permissão para descer fora do ponto de ônibus no período noturno, como na região metropolitana de São Paulo (*ibid.*, p. 206).

Portanto, para criar cidades realmente equitativas, onde os direitos sejam garantidos para todas – independente de classe, cor, capacidade – será necessário mais que transformações urbanísticas. Como apontado por Koskela e Pain (2000), “é impossível falar sobre reações à ameaça de crimes em ambientes específicos sem levar em consideração as relações sociais e políticas que estruturam tanto o ambiente físico quanto a vida diária das pessoas envolvidas” (*apud ibid.*, 210). Complementa-se alegando que “não existem soluções diretas. Qualquer tentativa de melhorar a segurança urbana deve lidar com elementos sociais, culturais e econômicos, bem como com a forma do ambiente construído” (*ibid.*, p. 211). Em suma, o medo pode não ser extinto completamente na conjuntura contemporânea (*ibid.* 212).

2.2.2 Cidade de Possibilidades

*Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições de realidade podem nos ensinar como transformar a realidade.*

Bertold Brecht, *Erkenntnis* (*apud* Harvey, 2013, p. 34).

Como assinalado por Kern,

as faces do planejamento urbano, da política e da arquitetura precisam mudar. Uma gama mais ampla de experiências vividas precisa ser representada entre os tomadores de decisão que têm enormes efeitos sobre o cotidiano das pessoas. Uma análise interseccional deve ser uma abordagem comum para decisões tanto grandes quanto pequenas: onde colocar uma nova escola primária, a distância entre os pontos de ônibus, se pequenos negócios podem ser operados fora de casa, etc. (*ibid.*, p. 231).

No Sul global¹⁷, em particular, deve-se

ampliar as vozes das mulheres que melhor sabem que mudanças irão melhorar suas vidas. Os interesses dos povos indígenas precisam estar representados. O planejamento para melhorar a segurança das mulheres não pode reproduzir modelos prisionais que visam pessoas negras e pobres. (*ibid.*, p. 231).

¹⁷ Conforme Menezes e Caixeta (2020), a noção de Sul global “é uma identificação socioeconômica e política, que guarda uma forte relação com uma consciência emergente que desafiava a lógica vigente presente na política global e no sistema capitalista” (p. 112-113).

Dito isso, não é preciso imaginar utopias distantes para se pensar uma cidade melhor para nós mulheres – e demais pessoas oprimidas. Pode-se então construir uma cidade feminista a partir de alternativas tangíveis, aplicadas nas nossas proximidades. É necessário participar ativamente na transformação dos espaços urbanos. Todas nós temos o potencial de criar ‘mundos urbanos feministas’ – espaços que, mesmo que temporários ou localizados em pequenas áreas, demonstram que é possível reconfigurar as cidades. Como já citado anteriormente, há iniciativas surgindo em diferentes localidades. É preciso as identificar, com elas aprender, as ampliar e adaptar a diferentes contextos.

Logo, complementa-se que “a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer [...] nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos” (Harvey, 2013, p. 28).

2.3. REPENSANDO OS MÉTODOS

As Cartografias Feministas surgem como um contraponto à iconografia masculina ao buscar o empoderamento feminino através da produção cartográfica – geralmente realizada pelos homens –, bem como de seu acesso. Aliás, estas não se limitam à noção ultrapassada de cartografia como simples interpretação do território e passam a utilizar novas ferramentas e metodologias. Estas, conjuntamente às cartografias colaborativas e comunitárias, criam um necessário movimento contra hegemônico.

Um exemplo disso são os ‘*Relief Maps*’¹⁸, inovadora metodologia qualitativa desenvolvida pela pesquisadora espanhola Maria Rodó-de-Zárate em que, considerando a inter-relação ente identidade, posicionalidade e interseccionalidade, são relacionadas as dimensões social – identidade de gênero, sexualidade, classe social, entre outras; geográfica – diferentes lugares do cotidiano; e psicológica – emoções positivas ou negativas, grau de bem-estar ou mal-estar.

Em sua tese de doutorado sobre geografias feministas, Rodó-de-Zárate (2014) tinha como objetivo compreender como as pessoas jovens de Manresa, cidade da Catalunha, experienciam os espaços públicos urbanos. Para a análise dos dados em

¹⁸ Mapas de Alívio, em tradução literal.

sua complexidade se mostrou necessária uma ferramenta que permitisse a visualização simultânea das experiências e posições identitárias. Assim foi pensada uma ferramenta manual que, ao ganhar financiamento, se tornou também uma ferramenta virtual em 2018, sendo acessível para mais pessoas.

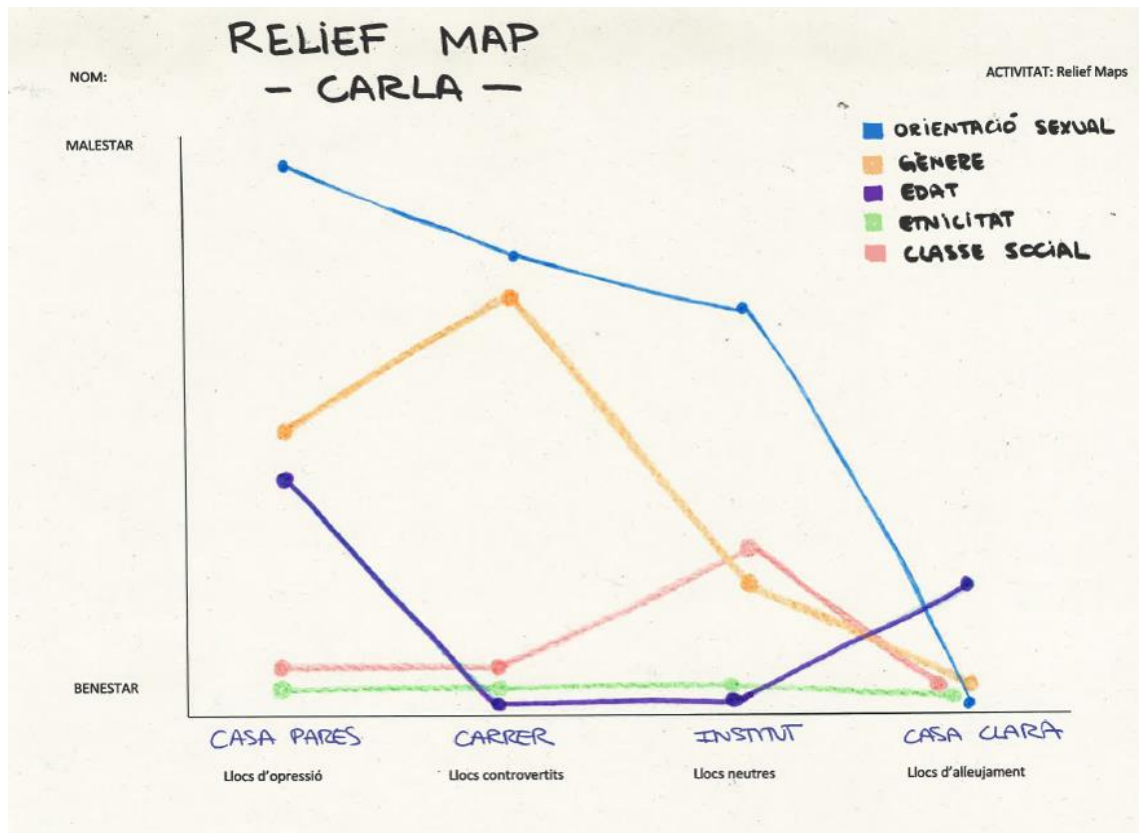
A pesquisadora então formulou três etapas, em que cada participante deveria: elaborar uma tabela, respondendo como se sentiam em diferentes lugares conforme sua posicionalidade – ou posição na sociedade (Figura 04); classificar os lugares em quatro tipos; desenhar o próprio mapa (Figura 05). Este exercício “implicava uma profunda reflexão sobre a própria experiência que muitas vezes levava a uma conscientização sobre a própria situação pessoal, sobre a discriminação, mas também sobre o privilégio” (tradução nossa). Assim, a comparação dos mapas demonstrava as desigualdades socioespaciais (Universidade Pompeu Fabra).

Figura 04. Tabela sobre lugares e posições de Carla.

LLOCS	Com em sento per causa de la meva/ el meu SEXUALITAT	Com em sento per causa de la meva/ el meu GÈNERE	Com em sento per causa de la meva/ el meu EDAT	Com em sento per causa de la meva/ el meu ÈTNIA	Com em sento per causa de la meva/ el meu CLASSE
CASA MEVA (PARES)	MALAMENT. Els meus pares no accepten que sigui lesbiana	Em fan fer més coses a mi que al meu germà.	Tenir 17 no ajuda. Encara em tracten com una noia petita.	Bé	Bé
CARRER	MOLTES vegades m'han dit coses. Ara no puc averagafada amb la Clara però sí em veuen altre	Com a noia tinc por de rut. Em fan comentaris i no m'agrada.	Bé. Ni que au cantada.	Bé	Bé
INSTITUT	He tingut alguns conflictes. El professorat no ha opatat gaire mai.	Bé, però quan juguem a futbol no em tracten igual.	Bé.	Bé	Bé, tot i que amb el meu grup d'ocupem la diferència es noten.
CASA CLARA	Aquí m'hi sento molt bé. És fàcil veure que no puc ser jo mateixa	Molt bé.	Bé, però ella és més gran i a vegades li ha problemes.	Bé	Bé. Encara jo treballa.

Fonte: <https://reliefmaps.upf.edu/about>

Figura 05. Relief Map de Carla.

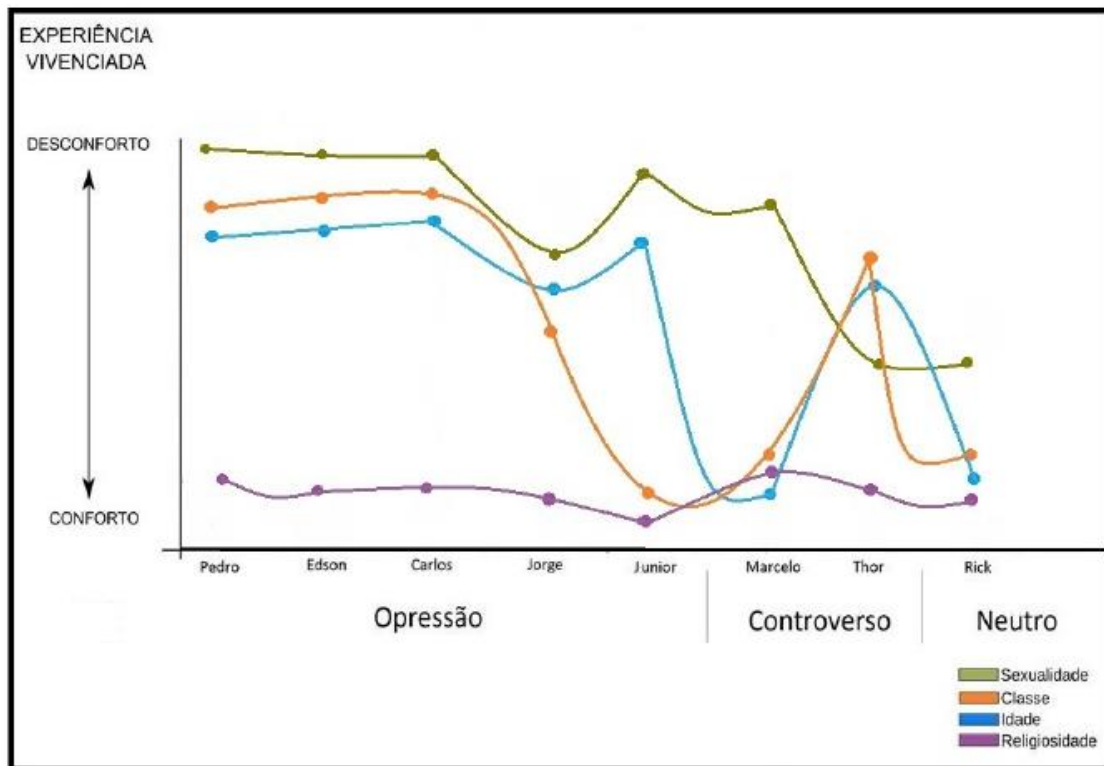


Fonte: <https://reliefmaps.upf.edu/about>

Posteriormente, Rodó-de-Zárate (2016) analisa a situação de jovens lésbicas em Manresa e Ponta Grossa, cidades médias não-metropolitanas da Catalunha e do Brasil, e discute como o direito à cidade para elas é limitado nesses contextos urbanos. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas e confecção de Relief Maps, mostrou-se que este grupo marginalizado é discriminado tanto no espaço privado como no espaço público, seja em casa ou em bares. Se pode concluir, então, que a dimensão psicológica, além da social e geográfica, é essencial para identificar certos tipos de opressão, como a heterossexista neste caso.

Hanke (2016) também aplica esta metodologia em seu trabalho de mestrado sobre a vivência cotidiana de homens gays na cidade de Ponta Grossa. Nesse estudo, diferentemente dos citados anteriormente, são confeccionados não só Relief Maps individuais como também coletivos (Figura 06). Ao se analisar os mapas dos oito participantes conjuntamente, percebe-se que, apesar das particularidades de cada um, seus espaços de conforto e desconforto se assemelham, estabelecendo uma conexão por meio da solidariedade entre eles.

Figura 06. Relief Maps Coletivo 1 – A casa dos pais.



Fonte: Hanke, 2016, p. 141.

Brito Souza (2022) – sob orientação de Marcio José Ornat¹⁹ e coorientação de Maria Rodó-de-Zárate, assim como Hanke – em sua dissertação de mestrado sobre ‘bissexualidade, interseccionalidade e direito à cidade’ realiza, também, a aplicação da metodologia supracitada. Nesse trabalho, foram analisados os Relief Maps tanto individualmente como coletivamente. Revelou-se, resumidamente, que para as pessoas que se identificam como bissexuais: o ambiente doméstico é ambivalente, apresenta afetos positivos e negativos (Figura 07); por outro lado o ambiente urbano apresenta mais afetos negativos. Assim, “o direito à cidade é seletivo, unilateral e paradoxal” (p. 126).

¹⁹ Pós-Doutor em Geografia e Sexualidades pela Universitat Autònoma de Barcelona

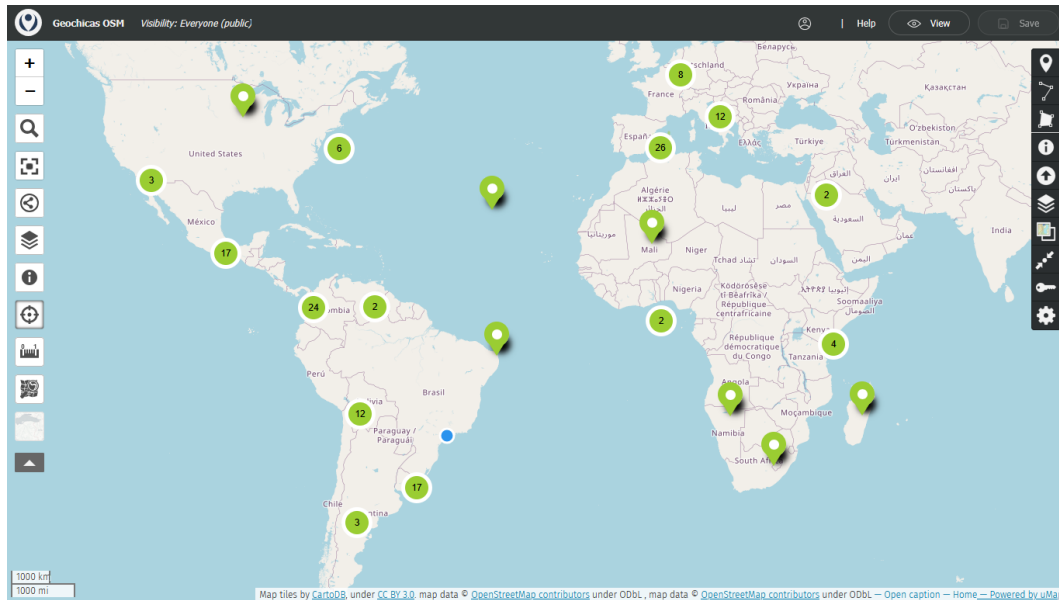
Figura 07. Emoções de bissexuais em suas Casas, Ponta Grossa, 2021

Fonte: Brito Souza, 222, p. 120.

Por fim, vale ressaltar que, conforme a plataforma online 'Relief Maps', devido à sua versatilidade, estes mapas podem ser aplicados para além da academia, seja no âmbito escolar como ferramenta pedagógica; no âmbito empresarial para diagnósticos sobre equidade, por exemplo; ou no âmbito institucional para projetos sociais ou políticas públicas; entre outras aplicações (*op. cit.*).

Outro grupo de mulheres que elaboram cartografias feministas é o Geochicas. Criado inicialmente por geógrafas mexicanas, se tornou uma comunidade internacional de estudantes, pesquisadoras e trabalhadoras de diversas áreas – como ciências humanas, design e programação (Figura 09).

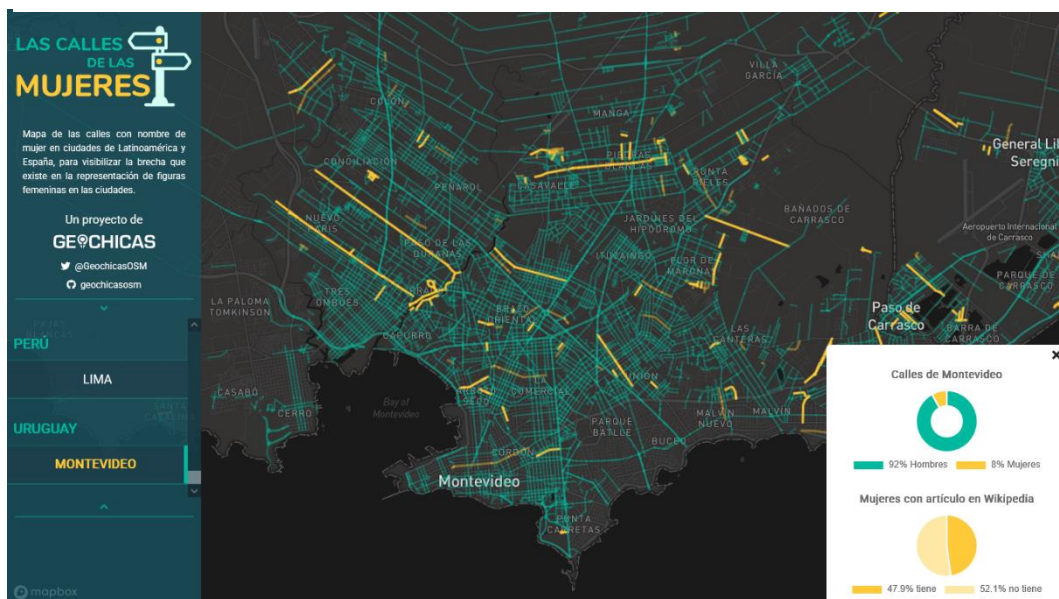
Figura 09. Distribuição das participantes do projeto Geochicas.



Fonte: <https://geochicas.org/index.php/2018/03/17/donde-estamos>.

Um de seus projetos mais conhecidos é ‘As ruas das mulheres’ (2018), que mostra a sub-representação feminina até nos logradouros de cidades ibero-americanas. Em Montevidéu, por exemplo, somente 8% das vias têm nomes de mulheres, sendo que metade tem artigos publicados sobre elas no Wikipedia (Figura 10).

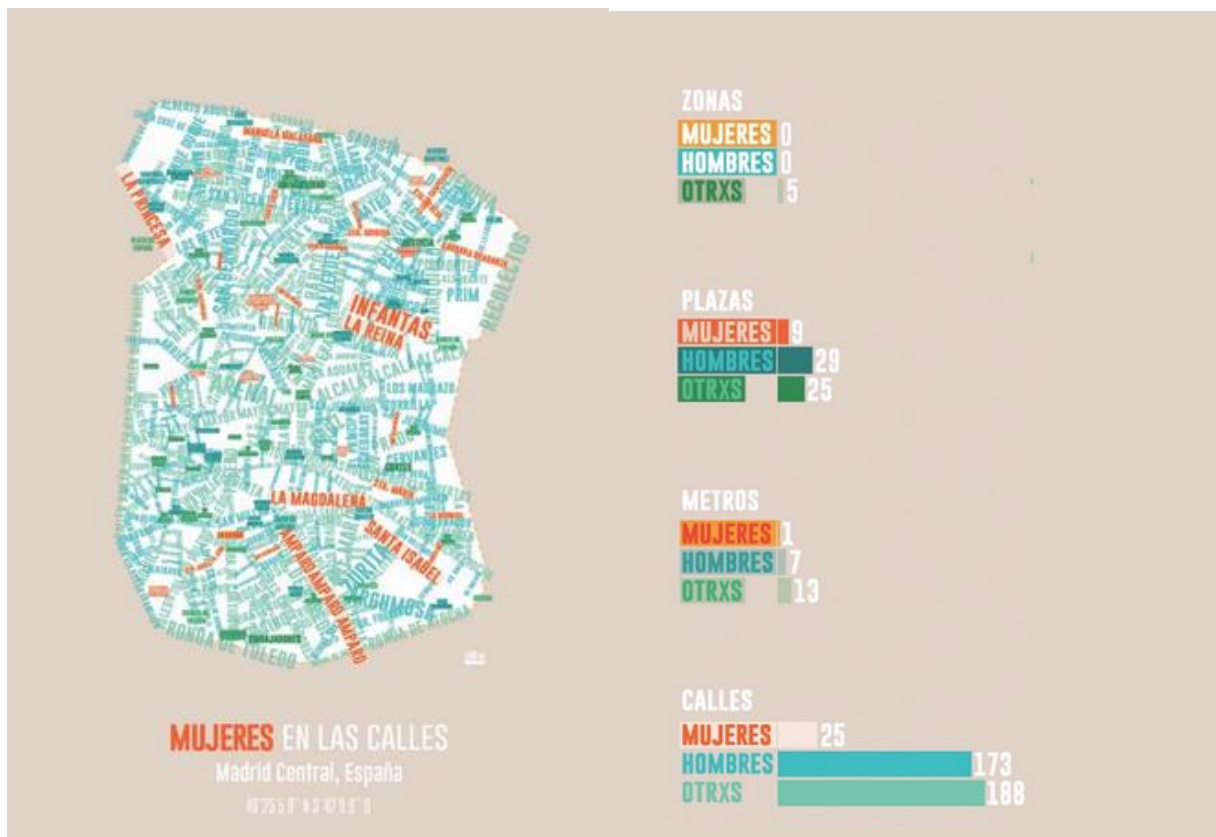
Figura 10. Las calles de las mujeres.



Fonte: <https://geochicasosm.github.io/lascallesdelasmujeres>.

Há também a página *Other Cartographies* (Outras Cartografias), que funciona como um arquivo digital sobre a história das mulheres na Cartografia. Ela foi criada pela arquiteta porto-riquenha Kiara Firpi como projeto final de seu mestrado em Comunicação Arquitetônica. Ainda, ao se dar conta da invisibilidade das mulheres na história das cidades, Firpi criou também a série de mapas *'Mujeres en las calles'*, que representa ruas, praças, parques, estações de metrô e zonas com nomes de mulheres em Madrid. O primeiro deles, que se refere ao distrito central da cidade, mostra que dos mais de 300 locais mapeados, somente 25 têm nomes femininos (Figura 11).

Figura 11. Mujeres en las calles.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CIQVETIDWpR>.

Todos esses exemplos revelam que os mapas feitos por mulheres

(...) não registram lugares, mas sim experiências, hábitos, eventos e costumes. Seu objetivo não é representar com precisão matemática as ruas, os edifícios e a geografia, como fazem seus colegas homens, mas sim refletir suas vivências em diferentes lugares. E é aqui que o termo psicogeografia ganha relevância: a abordagem de como o ambiente geográfico e sua distribuição influenciam nosso modo de agir e nossas emoções. Porque os documentos dessas mulheres não são apenas informativos, mas também formativos, devido à sua carga cultural e social. (Toro, 2020, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Use sua raiva para construir!
Bulimia, *Rebeldia Premedita* (1999).

No primeiro capítulo, foi apresentado o conceito de mapa, o contexto histórico da cartografia, no geral, e o desenvolvimento da cartografia temática, em específico, e suas metodologias. Assim, foram abordadas a semiologia gráfica, que passou a nortear a representação cartográfica, a Nova História da Cartografia, que questionou a objetividade dos mapas e, por fim, a chamada Cartografia Crítica.

No segundo capítulo, primeiramente se contextualizou o surgimento da Geografia Feminista. Depois, foram discutidas questões como o corpo, a cidade e métodos de análise, mostrando como as relações de gênero influenciam na produção do espaço urbano. Destaca-se a importância de se repensar a geografia e a cartografia de forma crítica, dando visibilidade às experiências das mulheres.

No terceiro capítulo, são apresentados exemplos de cartografias feministas que evidenciam a desigualdade de gênero nos espaços urbanos. São discutidas iniciativas independentes, individuais e coletivas, como o contra-mapeamento de feminicídios ou projetos como o Las calles de las mujeres, Other Cartographies e Mujeres em las calles que denunciam a sub-representação das mulheres.

Com isso, este trabalho buscou mostrar que assim como o enfoque geográfico pode contribuir para o estudo das questões de gênero, o enfoque feminista pode contribuir para o estudo do espaço geográfico. Deste modo, a cartografia passa a revelar as desigualdades socioespaciais, podendo ser um potente instrumento para a mudança.

Para finalizar, como aponta Kern (2021), “a cidade feminista é uma experiência contínua de viver de maneira diferente, viver melhor e com mais justiça em um mundo urbano” (p. 235). Usemos nossa raiva para construir cotidianamente cartografias e cidades feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade* / Carla Akotirene. São Paulo: Pólen, 2019.
- BERTIN, Jacques. La Graphique. *Communications*, n. 15, p. 169-185, 1970.
Disponível em:
<https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1970_num_15_1_1221>. Acesso em: 06 mai. 2024.
- _____. Ver ou Ler. *Seleção de Textos – AGB*, São Paulo, n. 18, p. 45-53, mai. 1988.
- BRITO SOUZA, Hortência G. de. "*Quem vive na margem, não se afoga nessa água*": bissexualidade, Interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa – Paraná. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.
- BURDA, Naomi A. *Cartografia e patrimônio arquitetônico*: a elaboração do atlas eletrônico do Sítio Histórico Urbano da Lapa (PR). 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CAMPOS, Mayã P. de; SILVA, Joseli M. 'Teu corpo é o espaço mais teu possível': Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 101-114, 2021. Disponível em:
<<https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/10750>>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. Geografiando para la resistencia: Los feminismos como práctica espacial. Quito, 2018
- CRAMPTON, Jeremy W. *Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- DUARTE, Paulo A. *Cartografia temática*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- FERNANDES, José A. R.; TRIGAL, Lorenzo L.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). *Dicionário de Geografia Aplicada*: Terminologia da análise, do planejamento e da gestão do território. Porto: Porto editora, 2016.
- FONSECA, Fernanda P.; OLIVA, Jaime. *Cartografia*. São Paulo: Melhoramentos, 2013.
- GARCÍA, María V. I.; HERRERA, Irma E. *Geografía feministas de diversas latitudes*: Orígenes, desarrollo y temática contemporáneas – México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016.
- HANKE, William. *Espaço, interseccionalidades e vivência cotidiana gay na cidade de Ponta Grossa, Paraná*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

- HARLEY, John B. *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México D.F.: FCE, 2005.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade *In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS/UFRGS. *Mapa de Çatal Höyük*. Disponível em: <<https://igeo.ufrgs.br/museudetopografia/index.php/mapas/255-mapa-catal-hoyuk>>. Acesso em: 06 mai. 2023.
- INTERNATIONAL SCIENCE COUNCIL. *Associação Cartográfica Internacional*. Disponível em: <<https://council.science/pt/member/ica-international-cartographic-association>>. Acesso em: 06 mai. 2024.
- JOLY, Fernand. *A Cartografia*. 15ª ed., Campinas: Papirus, 2013.
- KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, v. 6, n. 2, p. 9-41, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/4559/455962140001/html/>>
- MARTINELLI, Marcello. *Um breve apanhado sobre a breve história da cartografia temática*. *In: Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*, 3, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- _____. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. 6ª ed., São Paulo: Contexto, 2014.
- MENEZES, Roberto G.; CAIXETA, Marina B.. Desafios atuais para a coopeação sul-sul: as desigualdades e o sul global. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 10, n. 20, p. 486–518, 2021. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/13341>>. Acesso em: 28 fev. 2025.
- MONK, Janice; GARCÍA-RAMÓN; Maria D. Geografía feminista: una perspectiva internacional. *Documents d'Analisi Geografica*, n. 10, p. 147-157, 1987.
- PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, p. 116-148, 2009.
- RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Developing geographies of intersectionality with Relief Maps: reflections from youth research in Manresa, Catalonia. *Gender, Place & Culture*, v. 21, n. 8, p. 925-944, 2014.

_____. ¿Quién tiene Derecho a la Ciudad? Jóvenes lesbianas en Brasil y Cataluña desde las geografías emocionales e interseccionales. *Revista Latino-Americana de Geografía e Género*, v. 7. n. 1, p. 3-20, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S (Orgs.) *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA, 2016.

SEVERINI, Valéria F.; NUNES, Gabriela P. Arquitetura hostil: cidade para quem?. *Cadernos CERU*, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 76–95, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/207099>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOB *constante ameaça*. Direção: Andrea Dip e Guilherme Peters. Youtube: Agência Pública, 2018. Disponível em: <https://youtu.be/TIzROTM5-4M?si=zza2io8N6PuMnmKc>. Acesso em: 28 fev. 2025.

UNIVERSIDADE POMPEU FABRA. *Relief Maps*. 2018. Disponível em: <https://reliefmaps.upf.edu/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

TORO, Laura G. del. Other Cartographies: el proyecto que descubre a mujeres cartógrafas. Madrid: *Bamba Editorial*, 2020. Disponível em: <https://bambaeditorial.com/mujeres-cartografas-other-cartographies/#>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. *Enciclopédia mulheres na filosofia*, Campinas: UNICAMP, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/03/17/ondas-do-feminismo/>>. Acesso em 8 mar. 2025.